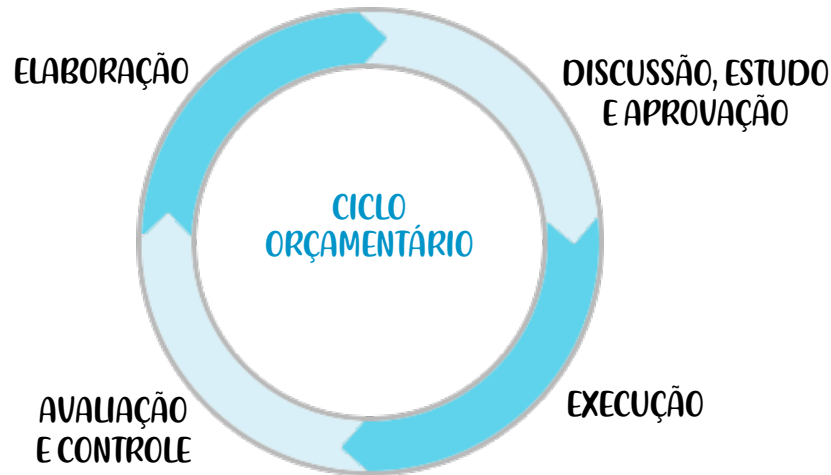


ciclo ORÇAMENTÁRIO

ASPECTOS GERAIS

- O ciclo/ processo:



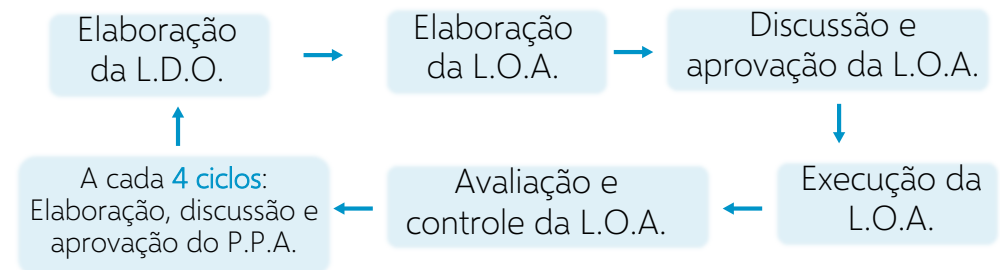
- É contínuo e **dinâmico**.
- Não é autossuficiente → a elaboração de sua proposta renova-se anualmente.

Exercício financeiro
(= ano civil)

≠

Ciclo orçamentário
Inicia-se com a elaboração, no exercício anterior àquele da execução

CICLO ORÇAMENTÁRIO AMPLIADO



P.P.A. → 4 anos
L.D.O. → Anual
L.O.A. → Anual

ciclo ORÇAMENTÁRIO

= ELABORAÇÃO E PLANEJAMENTO =



INICIATIVAS

PODER EXECUTIVO

- **P.P.A.:** Plano Plurianual
 - **L.D.O.:** Lei de Diretrizes Orçamentárias
 - **L.O.A.:** Lei Orçamentária Anual.
- É competência privativa do presidente (e indelegável)
- A iniciativa é **vinculada** (obrigatória).

PODER JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO, MPs E DPs

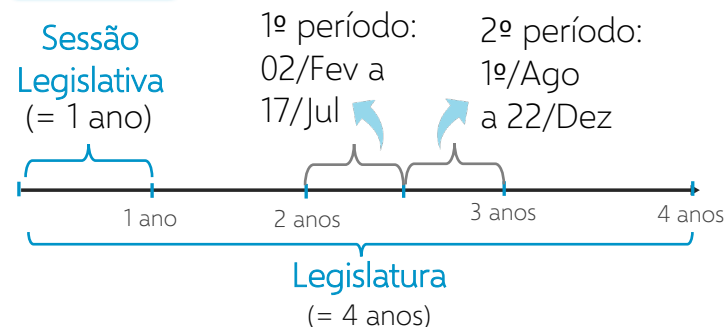
- Elaboram suas **próprias propostas** orçamentárias.
 - O **Poder Executivo** colocará à disposição dos demais poderes e M.P. estudos e **estimativas de receitas** para o exercício seguinte no mínimo **30 dias** antes do prazo de envio de suas propostas orçamentárias.
 - Se algum dos poderes ou M.P. **não enviarem** suas propostas no prazo:
- O Executivo usará os valores aprovados na **L.O.A. vigente**, **ajustados** de acordo com os limites estipulados na L.D.O.



CAI MUITO!

Se a **proposta** de algum dos poderes ou M.P. estiver em **desacordo com os limites** da L.D.O., o Poder Executivo **procederá aos ajustes** necessários para consolidação da proposta orçamentária anual

PRAZOS



INSTRUMENTO	ENCAMINHAMENTO AO LEGISLATIVO	DEVOLUÇÃO AO EXECUTIVO
P.P.A	Até 4 meses antes do encerramento do 1º exercício (31/ago) (1º ano do mandato)	Até o encerramento do 2º período da sessão legislativa (22/dez)
L.D.O	Até 8 meses e meio antes do encerramento do exercício (15/abr)	Até o encerramento do 1º período da sessão legislativa (17/jul)
L.O.A.	Até 4 meses antes do encerramento do 1º exercício (31/ago)	Até o encerramento do 2º período da sessão legislativa (22/dez)

- Caso o **executivo** não submeta a proposta orçamentária dentro do prazo, o **legislativo** considera como **proposta** orçamentária a **L.O.A. vigente**

LEI COMPLEMENTAR

CF/88: cabe à Lei Complementar:

1. Dispor sobre:
 - O exercício financeiro
 - Vigência
Prazos
Elaboração
Organizaçãodo P.P.A.,
L.D.O. e L.O.A.
2. Estabelecer **normas** de gestão financeira e patrimonial da administração
 - + Condições para { instituição
funcionamento
dos fundos
3. Dispor sobre **critérios** para execução equitativa das **emendas individuais** e **de bancada** (adicionado pela EC 100/2019) de execução obrigatória
 - + Procedimentos para quando houver:
 - Impedimento { legais
técnicos
 - Cumprimento de restos a pagar
 - Limitação das programações

ciclo orçamentário = ELABORAÇÃO E PLANEJAMENTO =

CONTEÚDO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

1. **Mensagem**: Conterá exposição circunstanciada da situação econômico-financeira do Governo:
 - Dívida fundada e fluante
 - Saldo de créditos especiais
 - Restos a pagar
 - + Justificação da política econômico-financeira do Governo
 - + Justificação de receitas e despesas
2. **Projeto** da L.O.A.
3. **Tabelas** explicativas: receitas e despesas de vários anos.
2. **Especificação** dos programas especiais de trabalho custeados por **dotações globais**

Em termos de **metas** visadas (estimativas dos custos de obras + serviços)

- + Justificação { Econômica
Financeira
Social
Administrativa

EMENDA PARLAMENTAR ≠ **EMENDA CONSTITUCIONAL**

Emendas ao projeto em tramitação no processo Legislativo.

Alteração da Constituição Federal



ASPECTOS GERAIS

- = Debate entre os parlamentares sobre a proposta
- Os projetos das peças orçamentárias serão apreciados pelas duas casas legislativas na forma do regime comum.

APROVAÇÃO

- Por maioria simples em cada casa. (É uma Lei Ordinária)
- Aplicam-se, em regra, as normas do processo Legislativo. (No que não lhe for contrário)
- Só há "punição" se a L.D.O. não for aprovada no prazo:

CAI MUITO!

A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto da L.D.O.

Não se aplica ao P.P.A. ou à L.O.A.

ciclo
ORÇAMENTÁRIO
= DISCUSSÃO, ESTUDO =
E APROVAÇÃO

COMISSÃO MISTA DE PLANOS,

ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO

- Comissão permanente do legislativo Federal.
- Mista = Senador + Deputados. (A dos demais entes é comissão normal)

CAI MUITO!

O Presente da República poderá enviar mensagem ao Congresso para propor modificações nos projetos enquanto não iniciada a votação, na comissão mista (não é no plenário!) da parte cuja alteração é proposta.

SANÇÃO

- É a concordância do chefe do executivo com o projeto de Lei. (Veto = Discordância)
- Se o legislativo não devolver o PLOA, o executivo deve obedecer as regras de execução provisória para a realização de despesas essenciais previstas na L.D.O. até que ele seja devolvido.

Em regra, as L.D.O.s determinam que, se até 31/dez o projeto da L.O.A. não for sancionado, a programação dele constante poderá ser executada até o limite de:

1/12 do total de cada ação x Número de meses até sua sanção

EMENDAS PARLAMENTARES

- Tipos de emendas:
 - Individuais
 - De bancada estadual
 - De comissão (cujas competências sejam relacionadas)


- Regra: **não** será admitido aumento de despesa prevista no **P.P.A.** através de emendas.


 P.L.O.A.
 P.L.D.O. } É **permitido** aumento de despesa

Reestimativa de receitas pelo legislativo só será admitida se comprovado **erro** ou **omissão** de ordem técnica ou legal.

PROIBIÇÕES

- Não se admitirão **emendas ao P.L.O.A.** que visem:
 - Alterar dotações** solicitadas para despesa de **custeio** (salvo se provada a inexistência da proposta)
 - Conceder dotação para:
 - Início de **obra** cujo projeto não esteja aprovado
 - Instalação/ funcionamento de **serviço** que não esteja anteriormente criado
 - Conceder **dotação superior** aos quantitativos previamente fixado em **resolução** do poder legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

As emendas ao projeto da **L.D.O.** não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o P.P.A.  **CAI MUITO!**

ciclo ORÇAMENTÁRIO

= DISCUSSÃO, ESTUDO =
E APROVAÇÃO

APROVAÇÃO DE EMENDAS DECORE!

- As emendas ao P.L.O.A. (ou aos projetos que o modifiquem) **só podem ser aprovadas** caso:
 - Sejam compatíveis com o **P.P.A.** e com a **L.D.O.**
 - Indiquem os **recursos** necessários

São admitidos apenas os provenientes de **anulação de despesa**, exceto:

- Dotações para pessoal e seus encargos.
- Serviço da dívida
- Transferências tributárias constitucionais para { Estados/DF
Municípios

- Sejam relacionadas a:
 - Correção de erros ou omissões
 - Dispositivos do texto do projeto de Lei.
(= emendas de redação)

ciclo ORÇAMENTÁRIO = EXECUÇÃO =

ASPECTOS GERAIS

- Execução **orçamentária**: uso das dotações dos créditos consignados na L.O.A.
 - Execução **financeira**: uso dos recursos financeiros.
- Devem estar em compasso com o desempenho da meta física.
- Até **30 dias** após a publicação do orçamento, o poder **executivo** estabelecerá:
 - Programação financeira
 - Cronograma de execução mensal de desembolso

CUMPRIMENTO DE METAS

- Os **recursos vinculados** a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

(As bancas adoram mudar esse final)  **PEGADINHA!**

EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS E DE BANCADA

DE EXECUÇÃO OBRIGATÓRIA

- Introduzidas pela [EC 86/2016](#) e [EC 100/2019](#).
- A execução das emendas parlamentares deixou de ser usada como moeda de troca.
- **EMENTAS INDIVIDUAIS**: serão aprovadas no limite de **1.2%** da **RCL** (Receita Corrente Líquida) prevista no projeto.
 - ↳ **Metade** será destinada a ações e serviços públicos de **saúde**.
 - ↳ Será computada para fim de cumprimento do mínimo de 15% da RCL em saúde
 - ↳ Vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais

EXECUÇÃO OBRIGATÓRIA:

Emendas Individuais: **1.2%** da **RCL** realizada no exercício **anterior**, conforme critérios para **execução equitativa** (Definidos em Lei Complementar)

Emendas de bancada: **Até 1.0%** da **RCL** realizada no exercício **anterior**. (EC 100/2019)

- A execução **não** será **obrigatória** se houver impedimentos de **ordem técnica**.
- Os **restos a pagar** poderão ser considerados para fim de cumprimento da execução financeira das emendas obrigatórias até o limite de:
 - para emendas **individuais** → **0.6%**
 - para emendas **de bancada** → **0.5%**
- Se houver **limitação de empenho** e movimentação financeira, o montante obrigatório poderá ser **reduzido na mesma proporção**.

ciclo
ORÇAMENTÁRIO
= EXECUÇÃO =

EXECUÇÃO EQUITATIVA:

Atende de forma **igualitária** e **impressoal** às emendas apresentadas, independentemente da autoria.

AVALIAÇÃO

- Analisa { Eficácia
Eficiência } da execução orçamentária
- Fornece **elementos de juízo** aos gestores para adotar medidas para:
 - Alcançar os objetivos
 - Otimizar o uso dos recursos
- Eficácia**: grau de atendimento das metas (resultados)
- Eficiência**: resultados + Uso de recursos
- Efetividade**: transformação da realidade conforme o objetivo estabelecido

CONTROLE

- Controle **legal**: para garantir que os recursos serão aplicados conforme previsto e segundo as leis.
- Controle **de resultado**: para garantir a efetividade das ações

ciclo ORÇAMENTÁRIO = AVALIAÇÃO E CONTROLE =

CONTROLE NA CF/88

- Cabe ao **Congresso Nacional** (Controle externo) e ao sistema de **controle interno** de cada poder.

A fiscalização **COFOP**:

- Contábil**: aplicação dos recursos conforme as técnicas contábeis
- Orçamentária**: aplicação dos recursos conforme instrumentos de planejamento e orçamento.
- Financeira**: fluxo de recursos administrados
- Operacional**: verificação do cumprimento de metas, resultados, eficácia, eficiência...
- Patrimonial**: controle, salvaguarda, conservação e alienação de bens públicos.

PRESTAÇÃO DE CONTAS:

Qualquer pessoa { Física/jurídica
Pública/privada } que


Utilize
Arrecade
Guarde
Gerencie
Administre } Dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda ou que, em nome desta, assuma obrigações pecuniárias.

ciclo ORÇAMENTÁRIO

= AVALIAÇÃO E CONTROLE =

CONTROLE

CONTROLE INTERNO

- Finalidades:  DECORE!
 - 1. Avaliar o cumprimento das metas do PPA
 - + Execução dos programas de Governo
 - + Execução do orçamento da União
 - 2. Comprovar legalidade
 - + Avaliar resultados (Eficácia e eficiência)
- Da gestão

{	Financeira
	Orçamentária
	Patrimonial

 da administração e
- Da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado
- 3. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias + direitos e haveres da União.
- 4. Apoiar o controle externo na sua missão institucional.



PEGADINHA!

As bancas trocam por "Controle externo"

CONTROLE EXTERNO

- Pelo Poder Legislativo, com auxílio do tribunal de contas.
- Principais competências do TCU (Art. 71, CF/88):
 - ➔ Não julga!!
- 1. **Apreciar** as contas do Presidente da República (anuais) (Parecer prévio em até 60 dias)
- 2. **Julgar** as contas:
Dos administradores de dinheiros, bens e valores públicos
 - + de quem der causa a perda, extrativo ou outra irregularidade que resulte prejuízo ao erário
- 3. **Apreciar**, para fins de registro, a legalidade dos atos de:
 - Admissão de pessoal a qualquer título (Salvo para cargos em comissão)
 - Concessão de aposentadorias, reformas e pensões
- 4. Fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio, acordo ou ajuste a Estados, DF e, municípios.
- 5. **Aplicar sanções** previstas em lei aos responsáveis em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas.
- 6. Sustar a execução de ato impugnado (contrato não!)
 - As decisões do TCU de que resulte

{	Multa
	Imputação de débito
 - O TCU encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, o relatório de suas atividades.